



Definição de Preços de Produtos Agroecológicos: o caso do Grupo Bem-Estar no Assentamento 72, em Ladário/MS

Definition of Prices of Agroecological Products: the case of Bem-Estar Group in Settlement 72, in Ladário/MS

PERON, Valéria¹; COSTA, Edgar Aparecido da¹; ARRUDA, Jennifer Cristina Conceição de¹

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, vperon@gmail.com; edgarac10@gmail.com; jennifercristina1000@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo conhecer como é feita a precificação dos produtos da agricultura camponesa do Grupo Bem-Estar. Pode-se verificar, através de entrevistas realizadas com os produtores do Grupo, que não há qualquer forma de controle de gastos na produção de frutas, legumes e verduras. Os preços das mercadorias vendidas em feiras locais são definidos através de conversa entre os membros do Grupo, os fatores diferencial agroecológico e concorrência são essenciais na decisão do grupo para estabelecer os preços. Não são considerados diferenciais de tamanho ou qualidade de um mesmo produto na definição do preço.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Agroecologia, Precificação, Custeio.

Abstract: This work aims to know how is made the pricing of peasant agriculture products of the Bem-Estar Group. It may be verified through interviews with the Group's producers that there is no form of cost control in the production of fruits and vegetables. Prices of goods sold at local fairs are defined through discussion among Group members, agroecological differential factors and competition are essential in the group's decision to establish prices. Differences in size or quality of the same product are not considered in the price definition.

Keywords: Family Agriculture, Agroecology, Pricing, Costing.

Introdução

Criado em fevereiro de 1999, o Projeto Assentamento 72 possui área total de 2.341,2996 ha, com capacidade para 85 famílias assentadas; atualmente existem 83 famílias assentadas (INCRA, 2017). A área média por família é de 18,5 ha. O PA 72 está localizado no município de Ladário, nas terras da borda oeste do Pantanal, área limitada ao norte pelo Rio Paraguai, a oeste pela fronteira com a Bolívia e ao sul e leste pelas áreas de inundação do Pantanal. O assentamento está distante 5 Km do centro comercial do município, 440 km de Campo Grande, 223 km de Miranda, 293 km de Anastácio e 296 km de Aquidauana (Figura 1).

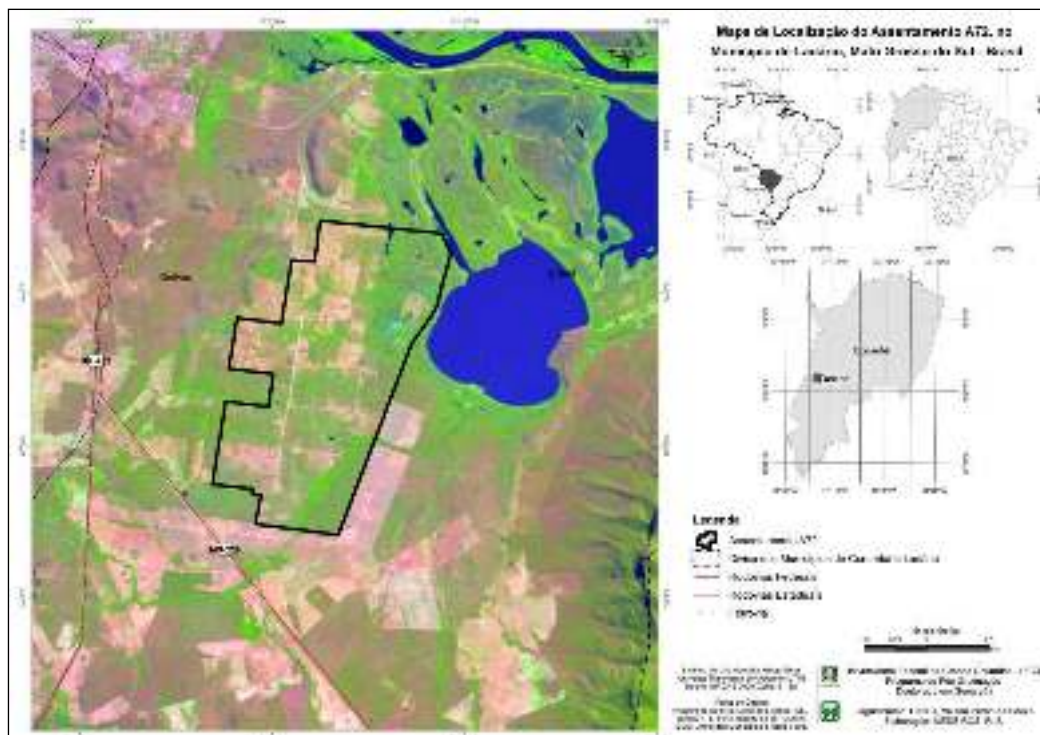


Figura 1: Localização do Assentamento 72.
 Fonte: Pinto, V.P.S. (2018).

Existe, no assentamento 72, um trabalho desenvolvido em conjunto por duas instituições, a UFMS e a Embrapa Pantanal, fomentadas por projetos de pesquisa. O projeto intitulado “Alternativas para o desenvolvimento territorial rural do assentamento 72 em Ladário-MS, na região do Pantanal”, com apoio financeiro do CNPq, foi iniciado em 2011, com o intuito de contribuir para melhoria da qualidade de vida dos assentados e para a segurança e soberania alimentar e nutricional. Foi potencializada a produtividade dos lotes e ampliada a autoestima dos produtores. Como consequência, teve aumento quantitativo e qualitativo da produção e os assentados aumentaram seus rendimentos.

Em continuidade, a UFMS e a Embrapa Pantanal estenderam, em 2012 e 2013, a parceria por meio dos projetos “Ações para otimização da apropriação do conhecimento e fortalecimento das redes de agroecologia no MS e regiões vizinhas” (Embrapa Pantanal) e “Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira” (UFMS). Em 2015 foi criado o Grupo Bem-Estar com agricultores que faziam parte das ações desses parceiros, com a proposta de produção agrícola agroecológica e finalidade de produção orgânica (ainda não alcançada) para venda direta ou para o governo. Atualmente esse grupo é formado por nove famílias do 72. Desde 2017, esse grupo de famílias camponesas é apoiado e se insere no contexto do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal – NEAP (projeto apoiado financeiramente pelo CNPq).



Este trabalho procurou estudar mais atentamente as famílias do Grupo. Tratam-se de famílias camponesas que, ainda, estão vivendo o processo de transição agroecológica. Portanto, não podem ser consideradas produtoras orgânicas. De acordo com a Legislação brasileira, a transição agroecológica é um:

... processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012).

É diferente de produção orgânica, muito embora sejam os princípios agroecológicos que sustentam os pilares da agricultura orgânica. Oficialmente, o governo brasileiro considera “produto orgânico, seja ele *in natura* ou *processado*, aquele que é obtido em um sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local” (BRASIL, 2003).

Sevilla Guzmán (2006) define a agroecologia como uma forma de manejo ecológico dos recursos advindos da natureza pela ação de grupos sociais que promovem alternativas para a crise da modernidade. Altieri (2012) entende a agroecologia como uma Ciência que procura compreender os agroecossistemas de modo a torná-los produtivos economicamente, sem colocar em risco os recursos naturais e/ou culturais de determinada porção da superfície terrestre. Wezel (2009) e Gliessman (2016) consideram a agroecologia como movimento, ciência e/ou prática. Indicam que em vários países essas três formas estão fortemente interligadas. Wezel (2009) observa que no Brasil acontecem as três formas de abordagem, com destaque para as práticas agroecológicas.

O NEAP trabalha com a dinamização das práticas agroecológicas, com a ideia de agroecologia enquanto movimento e, recentemente, começa a esboçar os primeiros passos para a trabalhar, também, enquanto Ciência. O Grupo Bem-Estar funciona como espécie de projeto piloto do Núcleo que, desde 2011, vem apoiando a instalação de práticas agroecológicas nos sistemas produtivos do Assentamento 72. Com a formação do Grupo Bem-Estar em 2015, essas famílias camponesas assumiram o caminho da transição agroecológica.

Neste sentido, as perguntas norteadoras deste trabalho são: será que essas famílias camponesas do Grupo Bem-Estar realizam algum tipo de controle dos gastos para produção? O fato de produzirem através de técnicas agroecológica é um fator que é considerado na hora de definir o preço de sua produção? Assim, o objetivo deste trabalho é conhecer como é feita a precificação dos produtos da agricultura camponesa do Grupo Bem-Estar.

No que se refere ao campesinato, a linha de pensamento que acompanha este trabalho se baseia na concepção das obras de Oliveira (2001), Fernandes (2000) e



Fabrini (2003), que defendem a recriação do campesinato como fruto das desigualdades e contradições criadas pelo sistema capitalista.

Metodologia

Para responder às questões colocadas foram realizadas entrevistas com quatro produtores que participam do grupo Bem-Estar. As entrevistas foram conduzidas com questões abertas e tiveram duração média de 20 minutos, realizadas durante a participação dos produtores nas feiras de terças-feiras no espaço cedido pela UFMS, em setembro de 2018.

Resultados e discussão

Em novembro de 2016 foi realizada, na sede da Embrapa Pantanal, em Corumbá, uma reunião aberta a todos os interessados, para divulgar os resultados até então alcançados pelos projetos citados. Ou seja, uma “Apresentação dos resultados alcançados por meio de pesquisa e transferência de tecnologia em benefício dos moradores do Assentamento 72”.

O pesquisador da Embrapa Pantanal, Alberto Feiden, descreveu que a primeira reunião, que era um chamado para que os assentados participassem do projeto, conseguiu reunir 60 agricultores, em 2011. Quando foi divulgado que não havia recursos para distribuir sobraram 15 interessados em participar; em 2014 o projeto chegou a ter 5 agricultores (FEIDEN, 2016).

O projeto possuía poucos recursos e de nada adiantaria investir em “coisas erradas”; então, foram aplicados poucos recursos em coisas certas “no gargalo de produção” dos assentados, que é a água. Foram instalados ou revitalizados alguns poços que já existiam e que não funcionavam: “a primeira garantia foi água, o que é fundamental para qualquer assentamento de Corumbá e Ladário, sem isso não adianta investir em nada” (FEIDEN, 2016). Os recursos foram investidos em sombrites e algumas sementes de hortaliças. A partir daí os agricultores multiplicaram suas próprias sementes, passaram a usar adubação verde e o consórcio com plantas medicinais.

Feiden (2016) aponta a existência de 37 produtos diferentes que são produzidos nas hortas e vendidos nas feiras (Figuras 2), sem contar com variedades como a alface, que já chega a quatro espécies diferentes. A qualidade é outro ponto forte dos produtos, que são de boa aparência e visivelmente saudáveis. Os agricultores chegam a ter um rendimento médio bruto de 1,88 salários mínimos mensais, variando de R\$ 600,00 a mais de R\$ 2.000,00, sem contar o autoconsumo.



Figura 2. Produtos de uma família do Projeto Bem-Estar na feira da UFMS, 2016.
Fonte: Acervo da pesquisadora – abril/2016

Os participantes do grupo Bem-Estar trabalham somente com os membros da família, em seus lotes para a produção e venda, não havendo trabalho conjunto entre os lotes. Esporadicamente, utilizam a contratação temporária de outros trabalhadores, configurando o chamado trabalho acessório camponês (OLIVEIRA, 2001). Além das vendas nas feiras das cidades de Corumbá e Ladário, esse grupo tem um espaço dentro do *campus* da UFMS, onde todas as terças-feiras pela manhã expõem seus produtos para venda. Outros pontos de venda específicos para o grupo foram montados também na sede da Embrapa, e do Instituto Federal.

A participação no Grupo Bem-Estar mudou a vida das famílias, todos relatam melhoria na situação financeira, e na qualidade de vida proporcionada pela mudança no ritmo de trabalho da família e no contexto alimentar. Como relata um dos produtores que, antes de participar do projeto, trabalhava com produção e venda de leite.

Melhorou muito. Antes saía de casa para vender leite. Agora trabalho em casa, mudou... A família inteira é envolvida na produção. Antes tinha que sair todos os dias para tentar vender o leite. Agora trabalha fora três vezes na semana nas feiras, ganha mais, fica mais tempo com a família, a família trabalha junto e cada vez mais vende mais nas feiras (PRODUTOR DO GRUPO BEM-ESTAR).

Segundo o relato do produtor a vida da família toda mudou, todos foram envolvidos no projeto e trabalham em conjunto pelo bem da família. Melhorou as condições de trabalho e de renda.



O relato de outra produtora demonstra que antes de participar do projeto algumas famílias já produziam em uma vertente agroecológica, mas não se davam conta disso:

Antes a gente plantava só para casa, ao invés de comprar na cidade com veneno eu produzia aqui sem veneno e sei o que estou comendo. Então já era sem agrotóxico, só que a gente não tinha noção o que era agroecológico, para gente era normal, eu tava produzindo para mim sem veneno, para mim tinha valor, mas para quem comprava lá talvez nem sabia e se sabia que eu não usava veneno talvez nem falava para quem comprava dela (aqui a agricultora se refere a uma comerciante que comprava os produtos no assentamento e revendia na cidade) (PRODUTORA DO GRUPO BEM-ESTAR).

O depoimento da produtora demonstra que já existia a preocupação de uma produção mais saudável por parte da família que visava segurança alimentar, e que já havia produção com práticas agroecológicas, mesmo que de maneira involuntária. De fato, essas práticas proporcionam uma forma de produção barata, promove o equilíbrio entre os sistemas e colabora para a segurança alimentar das famílias camponesas e dos demais consumidores. Para Lima (2017), segurança alimentar se relaciona ao acesso a alimentos de qualidade (sem uso de venenos e de organismos geneticamente modificados), a adoção de práticas alimentares saudáveis, manejo sustentável da produção, cidadania e direitos humanos.

Dessa forma, conhecendo o projeto e sua importância para o desenvolvimento das famílias camponesas envolvidas, foi realizada uma pesquisa com agricultores participantes do Bem-Estar para entender como se dá o processo de precificação dos produtos agrícolas que eles plantam e vendem em feiras locais. O preço é um importante componente no processo de venda influenciando no sucesso ou insucesso da mesma. Um preço bem definido é capaz de conquistar clientela, aumentar vendas e satisfazer produtor e consumidor. Por outro lado, a precificação equivocada resulta em poucas vendas, clientes e produtores insatisfeitos.

Quando perguntados como é definido o preço da produção para venda nas feiras, todos responderam que é pelo grupo. Pode-se verificar que todos os feirantes do grupo Bem-Estar praticam os mesmos preços para produtos iguais. Se todos colocarem a venda alface, o preço praticado será o mesmo em todas as bancas, mesmo que haja diferenças visuais no tamanho dos pés de alface. Ou seja, o produtor que tem o pé de alface maior poderia se beneficiar vendendo o produto a um valor maior. Mas ele é fiel à determinação de preços impostas pelo grupo. É possível atestar essa situação pela fala de uma das entrevistadas: “... que nem aquele pé de alface ali, a Dona Maria tá vendendo a dois reais. Devia colocar a três reais porque tá enorme o dela, o meu é que é dois reais” (a entrevistada aponta os pés de alface demonstrando a diferença de tamanho) (PRODUTORA DO GRUPO BEM-ESTAR).



Pela fala da entrevistada é possível verificar que eles percebem a diferença de tamanho e a necessidade da venda em valores diferenciados. Dois motivos foram vinculados a não alteração de preço por parte dos produtores: quem tem o produto maior e que em virtude disso poderia cobrar mais, não o faz, porque tem medo que ao aumentar o preço não consiga vendê-lo; e outro motivo é vinculado ao acordo do grupo, os produtores veem a quebra do acordo como prejuízo ao grupo.

O fato de haver dois produtores com pés de alface de tamanhos diferentes e preços iguais faz com que o consumidor opte pelo produto maior. O acordo do grupo prejudica o produtor que oferece o menor pé de alface, que somente venderá seu produto ao término do estoque da alface maior, correndo o risco de não conseguir vendê-lo. A diferenciação de preço de produtos com tamanhos diferentes permite a escolha e maior satisfação de compra do consumidor.

Na tentativa de verificar se o custo de produção tinha alguma influência na definição do preço dos produtos agroecológicos, foi questionado aos produtores se realizavam controle dos gastos na produção. Todos declararam não fazer controle dos gastos para produção de frutas, legumes ou verduras (FLV). Um dos entrevistados justificou a não realização desse controle à falta de conhecimento de como fazer, e relatou ter pouco estudo, o que na visão dele impossibilitaria essa ação. Mas todos declaram que consideram importante esse controle e que isso poderia auxiliá-los no processo de venda e controle geral de gastos.

Uma entrevistada que além da produção de FLV também produz e vende pães, queijos e doces, relatou que somente controla os gastos de produção desses últimos. Nesse caso ela utiliza essa informação como base para definir o preço a que serão colocadas à venda o pão, o queijo e o doce.

Verificou-se que a definição do preço dos produtos agroecológicos não leva em conta os gastos de produção. O preço acordado pelo grupo considera a concorrência, ou seja, o valor de venda realizado por outros feirantes influencia a base de preço do grupo. Nota-se uma preocupação com a venda de FLV nas feiras, especialmente dos feirantes bolivianos que dominam as feiras livres de Corumbá e de Ladário. Apesar de influenciar a base de preços, essa concorrência não os define. Os participantes do Bem-Estar relataram que os outros vendedores não têm produção com cuidados agroecológicos, sendo esse fator um diferencial para fixar o preço, mas que nem sempre é valorizado pelo comprador. Nesse sentido, a definição do preço não se pauta somente nesse diferencial, sendo necessário considerar a concorrência e equilibrar o preço. Os dois fatores, diferencial agroecológico e concorrência mostraram-se essenciais na decisão do grupo para estabelecer os preços.

Foi perguntado aos produtores qual o impacto dos fatores agroecológicos nas vendas. Segundo os produtores, os produtos agroecológicos por eles ofertados



competem com produtos de produção convencional. Nesse sentido, há uma dificuldade com relação ao estabelecimento de um preço diferenciado para produtos agroecológicos, conforme relato da produtora:

... tem gente que pergunta porque que tá tão caro o meu produto, aí eu falo, o meu produto aqui não tem veneno, catei hoje e trouxe para você. Diferente daquele que tá lá no supermercado, tá lá desde ontem, antes de ontem, vai saber de onde veio, o que passou e o colocaram para crescer! (PRODUTORA DO GRUPO BEM-ESTAR).

Na visão dos produtores a maioria dos consumidores faz suas compras nas feiras baseadas no preço das mercadorias e não levam em conta os benefícios dos alimentos produzidos através de práticas agroecológicas. Há ainda, segundo os produtores, diferenças nessa percepção de valorização do produto advindo de práticas agroecológicas entre os compradores das diversas feiras em que os produtores vendem seus produtos. As feiras que acontecem nas cidades de Corumbá e Ladário, nas quais participam diversos tipos de produtores e revendedores de mercadorias, são mais difíceis de vender os produtos e os compradores pouco se interessam em ouvir sobre a origem agroecológica da mercadoria. Cuyate (2015), estudando os consumidores de hortaliças da feira de sábado, de Ladário, encontrou os mesmos resultados observados. Ou seja, o preço é a principal motivação de compra da mercadoria.

Já as feiras específicas de produtos agroecológicos, que são montadas nas sedes da Universidade Federal, da Embrapa e do Instituto Federal, segundo os entrevistados, contam com compradores que já sabem o que são produtos agroecológicos, e, por isso, comparativamente às outras, possibilitam maiores vendas de mercadorias. Essa condição é atestada no seguinte depoimento: *“Melhorou muito...lá onde nós tava na feira se a gente falava que o produto era agroecológico eles não acreditavam muito, e aqui não, o pessoal já tá sabendo por causa do grupo, aí se chega vende mesmo” (PRODUTORA GRUPO BEM ESTAR).*

Segundo a fala da produtora, a participação de sua família no Grupo Bem-Estar melhorou muito a qualidade de vida. Ela destaca o aumento das vendas através da participação no projeto do NEAP que divulga a prática agroecológica e também facilita as vendas das mercadorias através nos locais já mencionados.

Conclusões

Através da pesquisa foi possível verificar que os agricultores do projeto Bem-Estar não realizam controle de gastos da produção agrícola que, possivelmente, é um dos motivos para ainda não terem sele de produtores orgânicos. Apesar de considerarem importante fazê-lo, ainda falta conhecimento do processo de como obter e utilizar essas informações.



O controle de gastos pode ajudar os agricultores no processo de formação de preço de venda. Apesar do preço das mercadorias não ser definido unicamente pelos gastos, ele auxilia na definição de um limite mínimo para precificação.

O preço dos produtos agrícolas praticados pelos produtores do Projeto Bem-Estar é definido em grupo e não leva em consideração diferenciais de tamanho, e/ou qualidade de cada item vendido. Esse formato de definição de preço acaba por prejudicar os agricultores. Mas, para eles é um compromisso firmado entre os pares e que não pode ser quebrado. Esse fato evidencia a lógica camponesa dessas famílias. Ou seja, não se trata da lógica capitalista de vender mais, a qualquer custo. Os valores em jogo não são somente financeiros, envolvem o companheirismo, a palavra dada.

Agradecimentos

Apoio financeiro da parceria interministerial MCTI/MAPA/SEAD/MEC/CNPq concedido pelo CNPq através do Processo 402737/2017-2.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Brasília: Casa Civil, 2012.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Brasília: Casa Civil, 2003.

CUYATE, R. **Fronteira e territorialidade dos camponeses do Assentamento 72, Ladário-MS**. 2015. 80 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços - Mestrado profissional) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2015.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 284 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia - Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2002.



FEIDEN, A. Apresentação dos resultados alcançados por meio de pesquisa e transferência de tecnologia em benefício dos moradores do Assentamento 72. **Depoimento**. Embrapa Pantanal. Corumbá, MS. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: AGB, 2002.

GLIESSMAN, S. Transforming food systems with agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, Vol. 40, Iss. 3, 2016, p. 187-189.

LIMA, J. S. G. Segurança alimentar e nutricional: sistemas agroecológicos são a mudança que a intensificação ecológica não alcança. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 49-50, 2017.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

PINTO, V.P.S. **Trabalho e poder de decisão das mulheres nos assentamentos de Corumbá e Ladário/MS**. 2018. 219 f. (Programa de Pós-Graduação em Geografia – Doutorado) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados/MS, Dourados, 2018.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **De la sociología rural a la agroecología**. Barcelona: Icaria, 2006.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agron. Sustain. Dev.**, v. 29, Iss. 4, p. 503–515, 2009.